

## Breve relato da história das ideias sobre moeda a partir de Aristóteles

Leonidas Zelmanovitz<sup>1</sup>

Liberty Fund em Indianapolis

Estados Unidos

**Resumo:** A intenção deste trabalho é apresentar uma linha do tempo do desenvolvimento das ideias sobre a moeda, iniciando com Aristóteles. A primeira seção explora, com algum detalhe, a contribuição de Aristóteles para a filosofia da moeda. A segunda seção traz uma curta inspeção dos diferentes pensadores que conduziram o debate sobre os fundamentos do dinheiro até o final do século XIX. A linha do tempo apresentada aqui poderá esclarecer a evolução de conceitos relevantes e as distinções entre diferentes escolas de pensamento sobre as principais características da moeda no debate contemporâneo.

**Palavras-Chave:** Moeda; Aristóteles; Moeda e Economia.

**Abstract:** The intention with this paper is to present a timeline of the development of ideas about money, starting with Aristotle. The first section explores in some detail the contribution of Aristotle to the philosophy of money. The second section brings a short inspection of the different thinkers that carried the debate about the fundamentals of money until the end of the nineteenth century. The timeline may clarify the evolution of the relevant concepts about the main characteristics of money in the contemporary debate.

**Key-words:** Money; Aristotles; Money and Economy.

### 1 – Introdução à filosofia da Moeda em Aristóteles:

Em relação à moeda, como em muitos outros temas, a influência mais duradora no pensamento ocidental tem sua origem em Aristóteles.<sup>2</sup> E apesar de um tratado sobre

<sup>1</sup> Dr. Leonidas Zelmanovitz é um *Fellow* com o Liberty Fund em Indianapolis, nos Estados Unidos, é formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil), tem Mestrado em Economia Austríaca e Doutorado em Economia Aplicada pela Universidad Rey Juan Carlos (Madrid, Espanha). Email: [lzelmanovitz@libertyfund.org](mailto:lzelmanovitz@libertyfund.org)

<sup>2</sup> Se Aristóteles era original em todos seus pensamentos ou até que ponto compilava o conhecimento existente na sua época, esse é um tema que não será discutido nesse artigo.

economia ser atribuído a Aristóteles, a abordagem daquele filósofo sobre a economia no nosso sentido moderno de economia política pode ser encontrada distribuída em muitos de seus trabalhos, especialmente, *A Política* (Aristóteles, 1992) e seus dois tratados sobre ética, *Magna Moralia* (Aristóteles, 2006) e *A Ética Nicomáquea* (Aristóteles, 1941). *Oeconomica* (Aristóteles, 2006) é, talvez surpreendentemente para leitores contemporâneos, uma abordagem sobre casamento e a vida doméstica.

A abordagem dele sobre a moeda é tanto descritiva quanto normativa. Pode ser afirmado que, em terminologia econômica moderna, Aristóteles reconhece que a troca de mercadorias (riqueza natural) implica em custos de transação, e que a moeda foi criada a fim de facilitar as trocas. De acordo com Aristóteles, é a partir desta utilidade e conveniência que a moeda deriva seu atributo de bondade.

Apesar de ser possível encontrar em Aristóteles afirmações a favor da posição que a moeda foi gerada espontaneamente na sociedade e seu oposto, isso é, declarações de que foi criada pelo estado, se entende geralmente, consistente com sua filosofia geral, que ele apoia a doutrina que a moeda é uma instituição que evoluiu naturalmente; e isso não será discutido aqui.

Como foi mencionado, para Aristóteles, a moeda desempenha uma função útil na vida socioeconômica, pois é benéfica para comunidade; no entanto, Aristóteles limita a sua análise à assistência que a moeda dá para a aquisição indireta de bens desejados pela facilitação das trocas. É a partir deste entendimento limitado das funções desempenhadas pela moeda que Aristóteles conclui que a moeda é improdutiva/estéril, ou seja, na opinião dele, a moeda sozinha não contribui para aumentar o total produzido, e por isso, a cobrança de juros em empréstimos de dinheiro não é natural.

Esta conclusão de Aristóteles influenciou igualmente as visões das religiões Cristã e Islâmica sobre o tema da moeda e através delas os conceitos morais sobre a moeda que serviram como peças chave na formação da opinião pública e das normas legais na maioria do mundo atual.

O objetivo da primeira parte desse artigo é sugerir que é possível encontrar nos trabalhos de Aristóteles elementos que sustentem uma conclusão diferente sobre a descrição do que é a moeda daquela atribuída ao próprio Aristóteles e chamar a atenção para o que se percebe como uma contradição entre os conceitos morais reconhecidos

como Aristotélicos e o julgamento moral em relação à moeda compartilhado pela maioria das pessoas que se dizem influenciadas por sua filosofia moral.

1.i – Visão Geral de Aristóteles sobre a Moeda e a Economia. De *A Política*, Livro I, sobre moeda (125b26), uma distinção original entre os lados “produtivo” e “improdutivo” da economia pode ser atribuída a Aristóteles. Essa distinção está baseada em seu conceito de “riqueza natural”, ou seja, os bens realmente comercializados na sociedade em oposição às formas de riqueza puramente monetárias. Essa distinção é de crucial importância no entendimento da descrição Aristotélica de moeda, porque é a partir dessa diferenciação que se chega à conclusão de que não é natural obter lucros a partir de negociações financeiras. Aristóteles descreve a forma natural de riqueza do seguinte modo:

Uma forma de aquisição de propriedades é, de acordo com a natureza, a que faz parte da administração doméstica, na qual os bens devem estar presentes desde o princípio ou através dessa técnica de aquisição de bens devem ser providenciados; esses são os bens que devem ser armazenados tanto pelas famílias quanto pelos estados ou associações, pois são os bens necessários para a sobrevivência. E parece que a riqueza em um sentido verdadeiro consiste em propriedade como a descrita. (Aristóteles, 1256b26)

Contrariamente, para Aristóteles a outra forma de riqueza, a não-natural, é descrita como se segue:

Mas há um outro tipo de conquistas materiais para o qual o termo “aquisição de bens” é geralmente e justamente utilizado; e é devido a isto que se pensa não haver limite para riqueza ou propriedades. Pelo fato de se assemelhar muito à forma de aquisição de bens há pouca mencionada, poderíamos supor que ambas seriam uma mesma coisa. No entanto, elas não são iguais, embora admitamos que não sejam de fato tão diferentes; porém uma é natural, a outra não é. (1256b40)

Para a discussão proposta neste artigo sobre a postura normativa de Aristóteles a respeito da moeda, é importante observar que Aristóteles atribui a introdução do meio de troca, primeiramente na forma de barras de ouro ou outros metais e mais tarde de moedas, ao crescimento da sociedade; para ele, a introdução da cunhagem monetária foi estimulada para reduzir os custos de avaliação do valor intrínseco do metal cunhado e portanto facilitar a troca de bens. Ainda em *A Política*, podemos ler:

... tão logo a importação de mercadorias e a exportação de bens excedentes começaram a facilitar a satisfação de necessidades além das fronteiras nacionais, os homens inevitavelmente recorreram ao uso da moeda cunhada. Nem todas as coisas que naturalmente necessitamos são facilmente carregadas; dessa forma, com o propósito da troca, os homens entraram num acordo de dar um ao outro e aceitar um do outro algum objeto que pudesse ser útil para a sobrevivência e também de fácil manuseio, tais como o ferro, a prata e similares. As quantias eram inicialmente determinadas por peso, mas por fim as peças de metal passaram a ser cunhadas. Tal fato eliminou a necessidade de medição e pesagem, uma vez que as imagens indicavam o montante correspondente. (Aristóteles, 1257a28)

O próximo parágrafo citado inicia com a afirmação de que o desenvolvimento econômico é uma consequência da introdução do dinheiro na sociedade, porém o que no início se tratava de uma atividade inocente (o uso da moeda para facilitar trocas) desenrolou-se para o que se pode chamar de sua forma em excesso: *comércio*, como podemos ler abaixo:

Uma vez que a moeda surgiu, o desenvolvimento acelerou e o que começou como uma troca necessária tornou-se **comércio**, o outro modo de adquirir produtos. A princípio mostrava-se provavelmente como um tema simples, mas com o tempo, tornou-se mais sistemático a medida que os homens tornavam-se mais experientes em descobrir onde e como os maiores lucros poderiam ser obtidos com as trocas. Esse é o motivo pelo qual se considera que a técnica de aquisição de bens está relacionada primeiramente com a moeda e tem a função de capacitar pessoas a ver onde a maior quantidade de dinheiro pode ser adquirida. (Aristóteles, 1257a41)

1.ii – Porque a Moeda não é uma Forma Natural de Riqueza. A essência do argumento de Aristóteles de que acumular dinheiro não é uma forma natural de riqueza é que o valor do dinheiro em sociedade é definido por acordo entre as pessoas e deixa de ter aquele valor antes reconhecido se os agentes econômicos mudam de ideia, como se pode ler na citação abaixo.<sup>3</sup> Este argumento é baseado na suposição de que a riqueza natural, por outro lado, possui um valor absoluto que independe da avaliação subjetiva do indivíduo envolvido nas trocas, o que contradiz parte de sua visão de que há um “valor em uso” (valor em uso) e um “valor em cambio” (valor de troca) em todas as coisas (Huerta de Soto, 2008: 185). O exemplo desse cunho não-natural de riqueza monetária dada por Aristóteles é o do mitológico Rei Midas, o qual não conseguiu sobreviver do dinheiro, como lemos abaixo:

Algumas vezes, por outro lado, a moeda é considerada uma grande convenção e elemento artificial sem nenhuma origem na natureza, uma vez que, se aqueles que a empregam como sistema de troca decidem mudar isso, a moeda cessa de ter seu valor e não mais será utilizada para aquisição das necessidades da vida. E com frequência poderá ocorrer que um homem detentor de riquezas na forma de moeda cunhada não terá o suficiente para comer, e que tipo ridículo de riqueza seria esse que, mesmo em abundância, não te livrará de morrer de fome! É como a história de Midas: por causa da ganância desordenada de suas preces tudo que se punha a sua frente transformava-se em ouro. (Aristóteles, 1257b10)

A seguir, veremos que, para Aristóteles, esforçar-se para fazer dinheiro não seria o certo, porque o dinheiro é só um instrumento e o propósito da vida é viver uma boa vida e não acumular os meios pelo qual a riqueza natural pode ser obtida. Aristóteles também afirma que o excesso de bens materiais não condiz com o pleno desenvolvimento humano, com o que seria uma boa vida, como se segue:

---

<sup>3</sup> Com o conhecimento que temos hoje de fenômenos monetários poderíamos dizer que tal mudança de percepção quanto ao valor do dinheiro, por exemplo, poderia ocorrer em consequência da manipulação da moeda pelo governo.

Algumas pessoas, no entanto, imaginam que a acumulação de bens é o propósito da administração doméstica e acreditam que seu montante de bens econômicos deve ser acumulado e aumentado sem limites. A razão pela qual as pessoas ficam com essa ideia na cabeça talvez seja porque estão ansiosos por vida mas não por uma vida de qualidade; dessa forma, o desejo pela vida sendo ilimitado, eles desejam uma quantia de dinheiro ilimitada que os capacita a continuar vivendo. (1257b40)

De acordo com Aristóteles, a relação entre fazer-dinheiro e a administração doméstica é benéfica se o chefe de família procurar lucro nas suas atividades, desde que a busca pelo lucro não se torne um fim por si só e seja perseguido através da agricultura e não do comércio. Ele escreve, “Nós concluímos, portanto, que a forma de aquisição de bens que venha de colheitas e criação de animais está de acordo com a natureza para todas as pessoas”. (Aristóteles, 1258a27)

A consequência da diferenciação de Aristóteles entre as formas “naturais” e “não-naturais” de aquisição de riqueza, como já foi mencionado, é considerar a usura como a maneira mais reprovável de fazer dinheiro:

A aquisição de bens, como dissemos, divide-se em dois tipos: um, que é necessário e aprovado e tem relação com a administração doméstica; a outra, que está ligada ao comércio e depende da troca, e que não é aprovada, uma vez que não tem sua origem na natureza e sim no ganho de algumas pessoas sobre outras. Não muito aceita é também a prática de cobrança de juros e a insatisfação é completamente justificada, porque o ganho não provém da moeda em si, não como um produto proveniente dela. Pretendia-se que a moeda fosse um meio de troca, enquanto os juros representam um aumento no dinheiro em si. Por esse motivo seu nome [usura, τόκος], pois cada animal reproduz seu semelhante, e os juros são dinheiro nascidos do dinheiro. Desta forma, de todos os tipos de negócios este é o mais contrário à natureza. (Aristóteles, 1258a38)

Como parte desse resumo da visão aristotélica sobre a economia em geral e mais especificamente sua visão sobre a moeda, nos parece válido questionar se Aristóteles tem ou não um juízo moral a respeito de monopólios. Parece-nos pela descrição abaixo

que Aristóteles não faz distinção entre monopólios naturais e legais e, portanto, não condena este último. Disto resultam consequências para o que possa ser compreendido como a visão de Aristóteles em relação ao que é apropriado para o estado fazer ao administrar a moeda. Após contar uma anedota sobre como o filósofo Tales de Mileto uma ocasião monopolizou o mercado de azeitonas, Aristóteles relata:

Tales deu provas de sua inteligência, mas como já dissemos, o princípio pode ser aplicado em geral: o modo de fazer dinheiro é, se você pode, conseguir para si próprio um monopólio. Portanto, encontramos estados que também empregam esse método quando estão com pouco dinheiro. Eles se asseguram com um monopólio. (Aristóteles, 1259a3)

Considerando os monopólios e especificamente o monopólio sobre a moeda, em *The Oeconomica* há uma passagem de uma época em que o povo de Bizâncio precisou de fundos e entre outras coisas, eles estabeleceram e venderam um monopólio de cambio de moeda. “Eles venderam o direito de troca de moeda a um único banco, cujo proprietário recebeu o monopólio da compra e venda da moeda, monopólio esse, protegido sob pena de confisco.” (Aristóteles, 1346b25)

1.iii – Há uma teoria de valor subjetivo para Aristóteles? Um dos “erros” comuns nas teorias econômicas atribuídas a Aristóteles é o entendimento de que as trocas acontecem entre coisas do mesmo valor. Esse entendimento deriva-se do tratamento aristotélico de trocas justas na *Ética Nicomáquea*, Livro V, Capítulo V, sobre moeda (1132b20, 1132b30) e começa como se segue:

Alguns pensam que a **reciprocidade** é o que é justo sem restrições, como os pitagóricos disseram; pois eles definiram justiça como reciprocidade sem nenhuma outra consideração. Porém, a **reciprocidade** não encaixa nem na justiça distributiva nem na retificatória, além disso as pessoas **querem** que a justiça de Radamanto signifique: “Se um homem sofrer pelo que fez, a justiça será feita”... (Aristóteles, 1132b20)

Ele continua,

Porém, quando as pessoas se associam para fazer trocas, esse tipo de justiça é o que une as pessoas – a reciprocidade nas trocas se define de acordo com uma proporção e não com base em um retorno precisamente igual. Pois é pela obtenção de ganhos proporcionais que a cidade se mantém unida... é pela troca que eles se unem. (Aristóteles 1132b30)

A próxima posição Aristotélica a ser apresentada é seu tratamento de proporção no comércio como derivado da igualdade de valor que Aristóteles acredita que deva existir a fim de que as trocas aconteçam. Contrariamente à posição do Professor Rothbard que vê um precursor da teoria do valor-trabalho nas passagens citadas abaixo (Rothbard, 2006, Vol. I:16), uma interpretação mais caridosa das passagens abaixo pode sugerir, como já foi mencionado pelo Professor Huerta de Soto, que aqui Aristóteles está avançando a teoria subjetivista de valor,<sup>4</sup> já que a igualdade na proporção é, em última análise, causada pela avaliação monetária de cada um dos indivíduos envolvidos na troca e não por alguma igualdade ‘intrínseca’ dos bens comercializados, como pode ser compreendido pelas seguintes passagens:

O retorno proporcional é assegurado pela associação cruzada. Consideremos A um construtor, B um sapateiro, C uma casa e D um sapato. O construtor então deve adquirir do sapateiro o produto do trabalho daquele e deve dar em retorno seu próprio produto. Se, então, há em princípio igualdade de bens proporcional e a ação recíproca acontece, o resultado da troca mencionada será afetado de acordo com essa proporcionalidade. Caso contrário, o negócio não é igual e não se efetiva; pois não há nada que diga que a qualidade do trabalho de um seja igual ao trabalho do outro, e os bens trocados devem, portanto, ser igualados em razão ao seu valor proporcional. Seus trabalhos, dessa forma, devem buscar uma igualdade [ ou ser avaliados por um padrão comum de valor]. (Aristóteles, 1133a5)

Não são dois médicos que se associam para trocar, mas um médico e um fazendeiro, ou pessoas em geral que são diferentes e desiguais; então os bens

---

<sup>4</sup> O Professor Rothbard (2006: 17) também reconhece que essa é uma possível interpretação para alguns historiadores.

que trocam devem ser igualados. Este é o porquê todas as coisas a serem trocadas devem de algum modo ser comparáveis. É para esse fim que o dinheiro foi introduzido, e se torna, de certa forma, um intermediário; pois ele mede todas as coisas, e também seus excessos e imperfeições – quantos pares desses sapatos se equivalem a aquela casa ou a uma dada quantia daquele tipo de comida. (Aristóteles, 1133a15)

... o sapateiro obtém um retorno dos seus sapatos pelo que eles valem, assim como o tecelão e outros artesãos. Agora há uma medida comum proporcionada na forma de moeda, portanto todas as coisas referem-se a isso e são medidas por isso. (Aristóteles, 1164a35)

Na segunda passagem acima (Aristóteles, 1133a15), é possível encontrar suporte para a tese de que o propósito primário do dinheiro é ser uma unidade de medida e não um meio de troca. No entanto, atualmente, a discussão sobre o dinheiro como primariamente um meio de troca ou uma unidade de valor é baseada em visões opostas sobre qual desses dois usos da moeda tem precedência, não lógica, mas *cronologicamente* sobre o outro; e pode ser entendido a partir de Aristóteles que a utilidade da moeda como padrão de valor deriva-se de seu uso como meio de troca. Para tanto, devemos entender que, para Aristóteles, o uso da moeda como meio de troca teve precedência cronológica, situando o filósofo entre aqueles que pensam que o dinheiro foi espontaneamente gerado na sociedade, conforme podemos depreender da passagem que segue:

Todos os bens devem ser medidos por alguma mesma unidade, como dissemos anteriormente. Esta unidade é verdadeiramente demandada e isso une todas as coisas. ... pois a moeda tornou-se por convenção uma espécie de representante da necessidade e é por isso que tem o nome ‘moeda’ (nomisma) – porque existe não por natureza, mas pela lei (nomos) e nós temos o poder de mudá-la e torná-la sem utilidade. (Aristóteles, 1133a25)

1.iv – Para Aristóteles o dinheiro possui utilidade própria. Para Aristóteles o dinheiro proporciona um meio de rápido acesso aos bens disponíveis; ou seja, Aristóteles se refere à força *liberativa* do dinheiro, que é associada a uma das

características do dinheiro que é a de liquidez. A moeda é um produto permutável por todas as outras coisas a um custo ou dificuldade mínima. Disto podemos dizer que, para Aristóteles, a moeda não é somente uma ferramenta para facilitar a troca de bens naturais, além disso a mesma tem utilidade própria. Economizar dinheiro, é como guardar mercadorias próprias para a venda, mas é mais que isso, pois dinheiro é a mercadoria mais facilmente negociável a um valor estável, sendo portanto um recurso para diminuir a incerteza <sup>5</sup> sobre nossa capacidade de possuir bens desejáveis no futuro, como ele explica aqui: “E para as trocas futuras – se não precisamos de algo agora devemos ter o dinheiro para quando precisarmos dele – o dinheiro é o que nos dá segurança; pois deve ser possível para nós conseguir o que quisermos tendo o dinheiro” (Aristóteles, 1133b10).

Um dos atributos essenciais da moeda é que ela mantém seu valor relativamente constante em relação a outros bens, embora seu valor não seja absoluto; portanto deduz-se que o valor real da moeda é definido pelo mercado, não pelas autoridades. Aristóteles diz, “Agora acontece com o próprio dinheiro o que ocorre com os outros bens — o dinheiro nem sempre vale o mesmo, ainda que tenda a ser mais estável” (Aristóteles, 1133b10).

A partir da próxima passagem de Aristóteles que será citada, mais uma vez nós vemos sua linha de raciocínio associando a moeda como um meio de troca e unidade de medida ao desenvolvimento da sociedade, revelando claramente que para o filósofo, a moeda é benéfica ao ser humano.

Esta é a razão pela qual todos os bens devem ter um preço, dessa forma sempre haverá troca, assim sendo, oportunizando associação entre os homens. A moeda, então, agindo como medida, torna as mercadorias proporcionais e as iguais, pois não haveria associação se não houvesse troca, nem troca se não houvesse igualdade, nem igualdade se não houvesse proporcionalidade. Na verdade, é impossível que coisas muito diferentes possam ser proporcionais,

---

<sup>5</sup> O tema da menor incerteza para os agentes econômicos em seus negócios e os benefícios consequentes em termos de aumento de produção em termos absolutos e de maior produtividade em sociedade resultantes de uma política monetária de dinheiro com valor estável é talvez a mais importante crítica de uma política inflacionária; tal criticismo está no centro das discussões perenes sobre as razões de ter uma política monetária saudável e as premissas necessárias para que se chegue a uma conclusão favorável aos benefícios sociais de uma política monetária austera já estão presentes aqui.

mas com referência à demanda as mesmas podem ser suficientemente equiparadas. É necessário então haver uma unidade, fixada por uma concordância entre todos (razão pela qual se chama moeda); pois é isto que torna todas as coisas proporcionadas, já que tudo pode ser medido pelo dinheiro. (Aristóteles, 1133b15)

1.v – Regras constitucionais sobre Moeda para Aristóteles. Finalmente, trataremos, a partir de *A Política*, sobre o que podemos entender sobre as ideias de Aristóteles sobre regras constitucionais a respeito do dinheiro – em particular, a definição e os limites dos poderes do estado sobre a moeda. Na passagem abaixo, Aristóteles apresenta sua regra geral sobre a relação estado-propriedade e a razão para uma associação política. A partir dessa afirmação geral, concluiu-se que para Aristóteles o dinheiro não pertence ao estado – ou seja, o dinheiro é propriedade privada e a comunidade politicamente organizada não tem direito de alterar o valor ou tomar o dinheiro de seus proprietários mais do que o estado tem direito de confiscar qualquer outro bem. Isso simplesmente não estaria de acordo com os propósitos do estado. Ele afirma,

O estado precisa possuir propriedades, mas a propriedade não é parte do estado... Um estado é uma associação de pessoas semelhantes cujo objetivo é a melhor vida possível. O que é melhor é a felicidade e ser feliz é um exercício ativo de virtudes e um completo emprego disso. (Aristóteles, 1328a33)

1.vi – Proposição: Acerca de Dinheiro, Aristóteles não é Suficientemente Aristotélico. A proposição aqui é que, para Aristóteles, o dinheiro é uma ferramenta útil para a sociedade como um instrumento necessário para a produção e distribuição de riquezas. Sendo necessário e útil para o comércio, a disponibilidade de um meio de troca é algo valioso para os indivíduos em suas negociações; portanto, contrário ao entendimento convencional e à própria conclusão de Aristóteles <sup>6</sup> (4) a partir de suas premissas, é possível argumentar que pagar pela disponibilidade da moeda (usura) ou

<sup>6</sup> A inconsistência do pensamento de Aristóteles foi destacada pelo professor Rothbard (Rothbard,2006:14)

produzir para o mercado (mercado atacadista)<sup>7</sup> são atividades legítimas e podem ser consideradas “não-naturais” somente no sentido de que são desenvolvimentos posteriores na sociedade humana, como escrever ou como o estabelecimento de governos além das formas tribais de subordinação.

1.vii – Em Busca de uma interpretação harmônica sobre a filosofia da Moeda por Aristóteles. O entendimento tradicional sobre as visões de Aristóteles sobre a moeda é que dinheiro é “estéril” – por exemplo, que não é natural cobrar juros por empréstimos de dinheiro, uma vez que isso representaria uma multiplicação “injusta” da moeda. Essa visão dogmática não deixa espaço sequer para entender por “usura” a cobrança de juros “excessivos”. A declaração é absoluta: *nenhuma* cobrança de juros é natural e portanto essa cobrança é sempre injusta. Como já foi mencionado, esse entendimento através da influência de Aristóteles nas doutrinas das religiões Cristãs e Islâmicas se faz presente até hoje, não somente entre pessoas religiosas mas também entre a população em geral e em virtude disso, ainda influencia a legislação e a aplicação da lei ao redor do mundo. Como vimos, embora apoiado por manifestações explícitas em seus textos, esse entendimento comum pode ser julgado inconsistente com a descrição de Aristóteles sobre as características essenciais da moeda e com suas teorias morais claramente estabelecidas acerca do dinheiro.

1.viii – Interpretação Harmônica. Entretanto, ao interpretar qualquer texto, parece-nos razoável fazer um esforço para encontrar uma interpretação que considere que o autor tenha sido coerente em seus pensamentos. Portanto, um importante critério de interpretação é descartar tantas conclusões contraditórias quanto possível. Também é razoável assumir que, em geral, o autor nem sempre foi bem sucedido em sua tentativa de evitar a contradição. Devemos ser ainda mais cautelosos quando falamos de uma imensa coletânea de escritos produzidos na Grécia Antiga há vinte e cinco séculos atrás – dentre os quais ainda temos dúvidas quanto à autoria de alguns deles; outros tem

---

<sup>7</sup> A distinção entre mercado atacadista e varejista não expressa claramente a distinção entre a produção artesanal, onde os bens são produzidos sobre encomenda, caso a caso, da produção para um mercado impessoal, onde os bens são produzidos de forma mais ou menos padronizada, sem nenhum comprador específico em mente à que Aristóteles esta se referindo nessa passagem. Porém, tampouco ele esta se referindo a produção em escala industrial, então parece que a definição mais próxima do sentido original do texto ainda é a de produção atacadista.

muitas versões diferentes; alguns chegaram até nós apenas após terem sido traduzidos em muitas línguas diferentes, como em latim e árabe (ambos idiomas problemáticos em termos de precisão do significado de muitos conceitos); e de todas as formas, nossa fontes mais antigas não têm mais do que mil anos, deixando uma lacuna de cerca de quinze séculos, um período sobre o qual não podemos afirmar nada. Por tudo isso, é aceitável sugerir um corolário para alguns trechos do *corpus* Aristotélico que não é consistente com algumas outras partes. Ao fazer isso, recomenda-se fazer um esforço para aderir ao que possa ser aceito como conceitos essenciais de Aristóteles. Um outro critério é considerar que o que se sugere esteja em harmonia com as partes mais interligadas do pensamento de Aristóteles.

Como o Prof. Rothbard enfatiza (Rothbard, 2006: 13), Aristóteles oferece uma defesa ponto-a-ponto da propriedade privada contra a propriedade comum e com todas as omissões e equívocos que possam ser encontrados no pensamento econômico de Aristóteles, a defesa da propriedade privada como um arranjo institucional superior para uma sociedade humana parece estar na essência da filosofia política de Aristóteles.

Na *Ética Nicomáquea*, o filósofo argumenta <sup>8</sup> que o dinheiro é útil e necessário para a vida civil e para o estado; portanto o dinheiro não somente não pode não ser considerado uma coisa ruim como possui um valor próprio, ou seja, é útil como um meio de troca, independente de outros possíveis usos para seu conteúdo de metal. Aristóteles argumenta ainda que o excesso de dinheiro pode ser prejudicial, mas também defende que a falta dele possa ser ruim. Isto é porque não se pode considerar que uma pessoa que dedique sua vida somente ao acúmulo de dinheiro esteja realizando o máximo do seu potencial como ser humano, tampouco uma boa vida é possível sem alguns bens materiais, e para isto se requer a aquisição de dinheiro. O conselho de Aristóteles contra se dedicar à produção para o mercado (mercado atacadista) só pode ser entendido como segue: “se você possui uma fazenda e pode produzir o suficiente para sua subsistência e para os confortos da vida, contanto que sejam usufruídos com em moderação compatível com uma vida boa, não perca seu tempo com o comércio quando você pode se dedicar à interesses intelectuais, à política ou às artes”.

---

<sup>8</sup> Aristóteles, 1133a20)

A afirmação de que a usura não é natural deve ser entendida como despojada de juízo de valor – ou seja, o dinheiro deve ser entendido como não-natural no sentido de que a moeda foi criada pelo homem em sociedade; a mesma não existe na natureza. Esta interpretação é mencionada pelo Professor Scott Meikle (Meikle, 2000: 165) e atribuída a W.D. Ross, que diz: “Eu não acho que ele queira dizer que é por uma convenção não-natural que o dinheiro gera dinheiro. Ele parece considerar isso como o curso normal das coisas. Mas não é a essência natural do dinheiro no sentido verdadeiramente aristotélico no qual a natureza equivale-se ao fim” (Cannan, Ross, Bonar e Wicksteed, 1922: 107). A usura, de acordo com essa interpretação, somente pode ser considerada não-natural no sentido que, para Aristóteles, o dinheiro foi criado para facilitar as trocas e como reserva de valor e não como uma representação de bens poupados que possam ser usados na produção de mais bens.

A diferença no tratamento dado por Aristóteles à atividade econômica artesanal e em casa com a produção e venda no atacado para posterior distribuição no varejo, resumida por Meikle (2000: 162) como a distinção entre produzir e vender uma mercadoria a fim de obter uma outra mercadoria (M-D-M) e o ato de usar o dinheiro para comprar uma mercadoria e depois vendê-la por mais dinheiro (D-M-D) pode ser interpretada como parte da propensão aristotélica de aceitar como critério de o que é o bem algo que era prática geral na sociedade. De acordo com Meikle, Aristóteles queria reconhecer a utilidade do dinheiro por suas três funções conhecidas (ou seja, de meio de troca, unidade de medida e reserva de valor), mas não pretendia mudar seu desgosto (compartilhado com seus contemporâneos) por comerciantes e agiotas; a aparente contradição em seus escritos pode ser uma consequência do desejo prudente do filósofo de não se colocar em uma posição extrema em nenhuma questão (Meikle, 2000: 163).

A afirmação de que o dinheiro é “infértil”, por outro lado, parece ser um erro;<sup>9</sup> já que pela própria descrição de Aristóteles acerca do propósito de usar o dinheiro como meio de troca para se obter no futuro bens que hoje o agente ainda não sabe que vai querer ou precisar, parece ser um corolário necessário dessa afirmação que pagar juros a

<sup>9</sup> Novamente, Prof. Rothbard (Rothbard, 2006:15) já afirmou que Aristóteles errou em sugerir que o ganho econômico gerado por um empréstimo de dinheiro seja um produto “direto” do dinheiro, quando na verdade o dinheiro representa os bens reais que serão adquiridos com o dinheiro tomado emprestado e posto a satisfação de alguma necessidade do tomador do empréstimo, que se produtiva e bem sucedida deve gerar um retorno superior aos juros pagos.

fim de conseguir dinheiro com um outro alguém e portanto passar a dispor dessa comodidade seja considerado uma coisa justa.

1.ix – O Governo e a Moeda. Uma primeira pergunta sobre o estado e a moeda poderia ser: O dinheiro é uma criação do estado? Parece claro que para Aristóteles, o dinheiro na Grécia na sua época era geralmente cunhado sob a autoridade do estado se não pelo estado diretamente. Ele até mesmo assinala um departamento específico para esse propósito para a administração real e, por extensão, para um estado livre. A cunhagem de moeda está listada entre os quatro departamentos identificados por ele: “nomeadamente moeda, exportações, importações e despesas” (Aristóteles, 1345b20). Como mencionado acima, o fato de que o dinheiro seja fornecido pelo estado não faz dele propriedade do estado ou muda seu caráter de instrumento facilitador de transações comerciais na sociedade para um instrumento de obtenção de objetivos políticos, exceto se houver uma emergência e, neste caso, o estado poderia usar o dinheiro como poderia usar qualquer outra propriedade privada para atender as necessidades emergenciais da comunidade. Nicholas Oresme diz, “... é claro que mudanças no dinheiro jamais deveriam ser feitas, exceto talvez por uma necessidade eminente ou para uma óbvia vantagem de toda a comunidade” (Oresme, 1956:13).

Outras perguntas que precisam ser respondidas são: Para Aristóteles, o que o estado pode fazer e o que o estado tem direito de fazer com o dinheiro? Elas certamente tem respostas diferentes. Como foi mencionado acima (Aristóteles, 1257b10), para o filósofo, o Estado pode mudar a moeda; por outro lado, uma vez que o dinheiro pertence a indivíduos e não ao Estado, alterar a moeda, como fez Hípias de Atenas, é claramente injusto (Aristóteles, 1347a10). Como escreveu Nicolas Oresme, “Embora seja dever do príncipe colocar sua marca no dinheiro para o bem comum, ele não é o senhor ou o dono da moeda corrente em seu principado” (Oresme, 1956: 10).

É nossa esperança que estes comentários sobre a filosofia de Aristóteles acerca da moeda possa ter contribuído para uma certa perspectiva histórica na discussão dos atributos filosóficos essenciais do dinheiro e que possa servir de referencia para a identificação da origem de certos conceitos básicos sobre moeda elaborados por pensadores posteriores.

## 2. De Aristóteles para a Teoria da Utilidade Marginal:

Após Aristóteles, a próxima discussão conhecida sobre a moeda é do jurista Romano Julius Paulus Prudentissimus que viveu ao final do segundo e início do terceiro século da nossa era. Não se sabe de nenhum caso nem anterior nem posterior, pelo menos até a idade moderna, de um exemplo de coordenação social realizada através de uma economia monetária com uma tão extensa divisão do trabalho como a que existia ao final da República Romana e começo do Império. Também se sabe que naquela época a complexidade da coordenação social estava diminuindo, com a economia voltando para formas mais primitivas de produção, entre outras razões, por conta de constantes desvalorizações monetárias. Então faz sentido que no período de Paulus, o interesse pela discussão teórica sobre temas monetários existisse. Talvez não surpreendentemente para um conselheiro de imperadores e prefeito Pretoriano, Paulus adota uma posição nominalista em seus escritos, argumentando que não é o conteúdo (de metal) da moeda que dá a ela seu valor e sim o valor nominal a ela atribuída pelo estado (Grice-Hutchinson, 2009: p.21).

Com o declínio do Império Romano e o fim da Civilização Clássica, a população urbana declinou drasticamente, a população em geral diminuiu e o comércio foi sensivelmente reduzido na Europa Ocidental e na bacia do Mediterrâneo. A queda na atividade comercial equivale-se a uma redução nas trocas indiretas (para as quais se requer dinheiro) e a economia retornou a pequenas unidades de produção com um baixo nível de divisão de trabalho, típico de economias de subsistência. Foi somente no final da Idade Média que a ordem começou gradativamente a ser instaurada pela institucionalização dos pequenos reinos criados pelas tribos bárbaras que invadiram e destruíram o Império Romano; a população começou a crescer novamente, redes de comércio mais estendidas foram gradualmente sendo restabelecidas e as cidades começaram a ser repovoadas. O início de tal virada se tornou nitidamente perceptível após a “Revolução Papal” do século XI, com a reintrodução formal e efetiva da proteção dos direitos da propriedade privada, se por nada mais, pelos muitos decretos de “paz de Deus” extraídos dos governantes europeus pela igreja católica.

É com São Tomás de Aquino (1225-1274) – não coincidentemente, um pensador para quem a influência de Aristóteles não pode ser mais significativa — no meio do ressurgimento da vida urbana e de uma economia monetária que um certo

interesse em teoria monetária desponta novamente. A abordagem de São Tomás ao dinheiro é decisivamente teleológica, com ênfase em suas funções e propósito. O próximo contribuinte notável ao diálogo sobre a moeda é o bispo francês do século XIV Nicholas Oresme (1323-1382). Oresme foi um tradutor de *A Ética Nicomáquea*, *A Política e Oeconomica* de Aristóteles para o francês e sua dissertação sobre a moeda, *De Moneta*, é uma interpretação escolástica de *A Política* de Aristóteles no que diz respeito ao dinheiro. Certamente motivado pela desvalorização da moeda por Philip VI<sup>10</sup> e John II e a consequente desorganização das relações sociais, Oresme expõe as ideias aristotélicas que uma moeda é um peso definido de metal precioso cuja quantidade e pureza são atestadas pelo emissor com sua marca e que a moeda em circulação não pertence ao soberano mas ao povo que utiliza o dinheiro para seus próprios propósitos de facilitar suas trocas. Portanto, o soberano não tem o direito de alterar a moeda de nenhuma maneira sem a permissão do povo. Oresme também é o pioneiro em oferecer uma interpretação de desvalorizações monetárias em casos de emergência como um expediente político aceitável de forma eventual, com a qualificação de que o valor original da moeda deveria ser restabelecido assim que possível (Oresme, 1956: p. X); tal julgamento nós veremos em pensadores posteriores, como Juan de Mariana, por exemplo. Oresme, com seu tratado é creditado por Guido Hülsmann como tendo integrado os pensamentos sobre a moeda de pensadores anteriores como Aquinas e Buridan no que se tornou “o primeiro tratado filosófico exclusivamente sobre a moeda” (Hülsmann, 2008: 8).

Quando mais tarde os acadêmicos da Escola de Salamanca na Espanha – tais como o fundador da escola, Francisco de Vitoria; seu contemporâneo, Martin Azpilcueta Navarro, o aluno de Azpilcueta, Diogo de Covarrubias; Luis de Molina, no final do século XVI; e Juan de Mariana, no começo do século XVII – escreveram sobre teoria monetária, eles claramente se beneficiaram dos trabalhos de Buridan, Nicholas Oresme, Gabriel Biel, Jean Bodin, Charles Desmoulins e outros membros da Escola francesa. Aqui, também, há muitas referências cruzadas entre os autores e basta dizer

<sup>10</sup> Dante Alighieri em sua Divina Comédia sugere que a morte acidental de Philip IV (1285-1314) foi uma retribuição divina pela desvalorização da moeda ordenada por ele (canto 19):

*A aflição sobre o Sena poderemos ver  
Que ele carrega por falsificar a moeda  
Este, que pelo golpe de um javali há de morrer*

que é possível perceber uma continuidade entre os escolásticos e os escolásticos tardios tanto na França como na Espanha em seus escritos sobre o dinheiro, nitidamente representando a influência aristotélica e a influência de São Tomás canalizadas por Oresme. De acordo com Laures, por exemplo (Laures, 2008: 163), o tratado de 1605, *De Monetae Mutatione* de Juan de Mariana faz referências a *De Monetis* de Budelius o qual, por sua vez, lista vinte e nove textos anteriores sobre a moeda, proeminentemente entre eles, *De Republica e De Augumento et Deremento Auri et Argenti* de Bodin, atestando o conhecimento que Mariana tinha desses autores precursores e suas ideias. De acordo com Grice-Hutchinson:

As ideias escolásticas e aristotélicas sobre a natureza, origem e funções da moeda foram transmitidas na íntegra exceto por poucas elaborações de menor importância. Mesmo hoje esses conceitos tradicionais do dinheiro como um meio de troca e uma medida e reserva de valor, junto com a habitual estória sobre as inconveniências de uma economia de permutas diretas ainda estão refletidas nos nossos livros-texto. A escola de Salamanca é simplesmente um elo na longa corrente de escritores que ajudaram a difundir essas ideias. (Grice-Hutchinson, 2009: 47)

Talvez os escolásticos tardios espanhóis de Salamanca estivessem em uma posição privilegiada para refletir sobre dinheiro no começo da era moderna provocada pelas grandes navegações. O influxo de metais preciosos da América para a Espanha, a rede comercial na Europa centralizada na Espanha e alguns de seus territórios e os problemas fiscais crônicos do império espanhol eram parte da realidade no entorno dos acadêmicos espanhóis e estimulavam sua curiosidade e análise, já que os mesmos eram não somente estudiosos de teoria, mas às vezes também conselheiros de soberanos e interlocutores de outros homens práticos, tais como os comerciantes da Antuérpia que em 1530 aconselharam Francisco de Vitoria sobre a usura (Grice-Hutchinson, 2009: 42). Dessa forma, além da transmissão de conceitos tradicionais, há muitas outras contribuições originais em teoria monetária que podem ser seguramente creditadas aos escolásticos de Salamanca. Grice-Hutchinson diz, “A contribuição escolástica para a teoria monetária consiste, na minha opinião, na sua formulação de uma teoria psicológica de valor aplicada tanto aos bens quanto à moeda, de uma teoria quantitativa e de uma teoria de cambio de moeda estrangeira que lembra muito a teoria moderna de paridade de poder de compra” (Grice-Hutchinson, 2009: 47).

O subjetivismo notável da escola de Salamanca foi destacado também por outros autores e entre outras contribuições, Huerta de Soto vê em alguns desses pensadores uma “proto escola monetária (currency school)” (Huerta de Soto, 1996:59 – 81).

A escola de Salamanca influenciou significativamente, tanto direta como indiretamente, o pensamento posterior sobre dinheiro. Referências diretas aos escritos da Escola de Salamanca podem ser encontradas em Davanzati e Galiani na Itália, seu subjetivismo também pode ser identificado nos textos de Condillac e Turgot e mais especificamente na teoria de valor utilidade de Jean Baptist Say.

Separando os últimos pensadores da Escola de Salamanca e Galiani, as referências encontradas em Grotius sobre eles devem ser destacadas, citando novamente Grice-Hutchinson (2009: 65). E as idéias de Grotius sobre a utilidade como medida de valor e a relevância da escassez relativa como determinante do valor monetário alcançou outros pensadores protestantes, tais como Samuel Pufendorf (1632-1694) o qual desenvolve ainda mais aquelas ideias e cujos livros permanecem como importantes referências em lei natural no século XVIII. As ideias de Grotius e Pufendorf sobre a atribuição de valor naturalmente dada pela utilidade de uma certa coisa na vida humana e sua escassez foram levadas para a Inglaterra pelo professor de Adam Smith, Francis Hutcheson, que também enfatiza o custo da produção dos bens na determinação de seu valor, talvez iniciando uma linha de pensamento que resultaria na teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo.

Em relação ao modo particular que a teoria do valor foi desenvolvida no Reino Unido, é válido mencionar que no início do século XIX na Alemanha, tendo em comum uma teoria de valor subjetivo, que assumiram em oposição à teoria de valor trabalho encontrada em *Wealth of Nations* de Adam Smith (Calzada, 2006:2), um grupo de economistas tornou-se conhecido como membros da escola de valor-uso, ou *Gebrauchtwertschule*. Estes economistas procuraram desenvolver uma teoria subjetiva que poderia ser aplicada por toda a economia; seu objetivo não era harmonizar a teoria do valor e preço, que certamente era o propósito dos pensadores anglo-saxões aos quais eles se opunham, mas desenvolver o que poderia ser bem definido como a teoria do valor moral. De acordo com o Professor Birger P. Priddat, “Eles não almejavam explicar a alocação de bens pelo mercado com base nas avaliações individuais, mas a

relação entre o mercado e a economia do estado tomando por base uma medida de necessidade” (Priddat, 1998: 1510).

De acordo com Bruno Hildebrand, um dos membros da escola germânica de valor-uso, seu conceito particular de teoria do valor subjetivo pode ser entendido da seguinte forma:

Se a razão para uma determinada valorização de alguma coisa reside nos efeitos do objeto apreciado, ou seja, em sua adequação para um uso que satisfaça alguma necessidade humana e não nas causas ou propensões subjetivas da pessoa que expressa essa apreciação, seu valor refere-se ao valor de uso. Se, por outro lado, a razão para um determinado valor de um bem é quanto outros indivíduos que também gostariam de possuir o item o valoram, então esse valor é chamado de valor de troca. (Priddat, 1998: 1513).

Como foi mostrado, a teoria subjetivista de valor dos homens da escola de Salamanca pode ser bem tracejada até Ferdinando Galiani (1728-1787) na Itália, até Adam Smith no Reino Unido, até J. B. Say na França e até a escola germânica de valor-uso acima mencionada, entre muitos outros. A partir deles esta alcançou os economistas clássicos do século XIX os quais formularam o conceito da utilidade marginal, tais como Jevons, Walras e Menger que é explícito em sua dívida com a *Gebrauchtwertschule*, ao ponto de ser considerado por Adolph Wagner “um dos muitos teóricos do valor-subjetivo” de acordo com Priddat (1998: 1515). A teoria quantitativa, supostamente desenvolvida de forma independente por Jean Bodin, já tinha sido enunciada por autores da escola de Salamanca mais de uma década antes, fazendo deles, ao menos intelectualmente, antecessores de uma teoria que só amadureceu com Irving Fisher no início do século XX.

Um tema comum entre John Locke (1632-1704) e os pensadores da escola de Salamanca, especificamente Juan de Mariana, são suas tentativas de definir quais são os limites justos para o governo, para o exercício do poder político. Suas ideias sobre o dinheiro compartilham esse tema geral, ou seja, uma preocupação de como conter dentro de limites moralmente aceitáveis a prerrogativa monetária e como proteger os agentes econômicos de abusos. Em Locke encontramos uma preocupação com as

origens da fé pública necessária para assegurar a larga aceitação do dinheiro necessário para produzir os benefícios que um meio confiável de troca possa trazer,<sup>11</sup> e Locke é explícito com respeito a isso: “O comércio, então, é necessário para a produção de riquezas e o dinheiro é necessário para a continuação do comércio... Seja o que for, portanto, que dificulte os empréstimos de dinheiro, prejudica o comércio” (Locke, 1691: 14).

De acordo com Ludovic Desmedt e Jérôme Blanc em um artigo acadêmico recente (Desmedt e Blanc, 2010: 327), a instabilidade crônica e a falta de confiança na moeda até o fim do século XVI são um pano de fundo para os trabalhos de pensadores como Mariana, Bodin e Locke; uma realidade que os estimularam, em última análise, a defender uma “revolução monetária” que por fim levou a um sistema monetário mais estável no início do século XVIII. E esse sistema monetário mais estável, por sua vez, foi um requisito para a disponibilidade de instrumentos de crédito de longo prazo que financiaram a nascente revolução industrial. Aparte de uma defesa clara e aberta de empréstimos com juros e mais que isso, de juros livremente pactuados entre as partes, “pela mesma razão e sob tão boa consideração, que o inquilino paga o aluguel (pactuado) por suas terras” (Locke, 1691: 36), as ideias de Locke, no entanto, não são exatamente revolucionárias. Sua visão teleológica sobre a natureza da moeda foi derivada da tradição escolástica; sua teoria do valor da moeda, é verdade, ao atribuir o valor ‘intrínseco’ da prata quando usada como moeda ao “consenso comum” dos homens, talvez seja um passo a frente do tradicional argumento baseado na escassez e psicologia dos agentes econômicos. Desse modo, o argumento de Locke para o valor da moeda não é intrínseco, não é subjetivo, mas é inter-subjetivo<sup>12</sup> (Locke, 1695: 139).

Tendo chegado ao final dessa admitidamente superficial jornada sobre a história das ideias monetárias desde Aristóteles até os marginalistas do século XIX, tanto no

<sup>11</sup> Durante sua vida, em consequência da Revolução Gloriosa, Locke viu o conteúdo de prata nas moedas em circulação na Inglaterra cair 45% do seu peso, comprometendo a credibilidade do sistema monetário britânico. Isso incitou o debate sobre fixar a taxa de juros e desvalorização do padrão monetário como proposto por William Lowndes, para o qual Locke respondeu com seu *Considerations of the Consequences of Lowering the Interest and Raising the Value of Money* de 1691 e seu *Further Considerations Concerning Raising the Value of Money*, refutando diretamente os argumentos do Sr. Lowndes sobre o tema.

<sup>12</sup> Admito que ao atribuir a Locke uma ideia de intersubjetividade talvez eu esteja encontrando em Locke mais do que existe, mas se assim for, o argumento de Locke que o valor “intrínseco” da prata é um resultado da estimativa dos agentes econômicos, combina minimamente com a tradição subjetivista, em continuação ao que temos seguido desde Aristóteles.

Reino Unido como no continente, pensamos ter apresentado uma base aceitável para o início de uma discussão mais fundamentada das ideias atuais sobre moeda e ter identificado quanto devemos ao filósofo Aristóteles nesse campo de pesquisa.

### Referências Bibliográficas:

- ARISTOTLE. *Metaphysics*. In *The Basic Works of Aristotle*. Edited by Richard McKeon. 1941a. Thirty-fifth printing, New York: Random House, 1992.
- . *The Nicomachean Ethics*. In *The Basic Works of Aristotle*. Edited by Richard MCKEON. thirty-fifth printing. New York: Random House.
- . 1941c. *Rhetoric*. In *The Basic Works of Aristotle*. Edited by Richard McKeon. thirty-fifth printing. New York: Random House.
- . *The Politics*. London, England: Penguin Classics, Penguin Books, 1992.
- . *Magna Moralia*. In *Loeb Classical Library*, Aristotle XVIII, LCL 287. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- . *Oeconomica*. In *Loeb Classical Library*, Aristotle XVIII, LCL 287. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- CALZADA ALVARES, Gabriel. “La fuente de los *Principios*.” Available online at <http://www.juandemariana.org/comentario/607/fuente/principios/>.
- CANNAN, E., ROSS, W. D., BONAR, J., and P. H. Wicksteed. (1922) “Who said ‘Barren Metal’? A Symposium,” *Economica*, no. 5, June: 105–111.
- DESMEDT, Ludovic and BLANC, Jérôme. “Counteracting Counterfeiting? Bodin, Mariana, and Locke on False Money as a Multidimensional Issue.” *History of Political Economy* 42, no. 2 (2010): 323–360.
- GRICE-HUTCHINSON, Marjorie. *The School of Salamanca—Readings in Spanish Monetary Theory, 1544–1605*. Auburn, AL: The Ludwig von Mises Institute, 2009.
- HUERTA DE SOTO, Jesús. “New Light on the Prehistory of the Theory Banking and the School of Salamanca.” *Review of Austrian Economics* 9, no. 2 (1996): 59–81.
- . (2008) “El Pensamiento Económico en la Antigua Grecia.” *Procesos de Mercado, Revista Europea de Economía Política* V, no. 1 (Primavera 2008): 177–188.
- HÜLSMANN, Jörg Guido. *The Ethics of Money Production*. Auburn, AL: Ludwig von Mises Institute, 2008.

LAURES, John S. J. *The Political Economy of Juan de Mariana*. Auburn, AL: Mises Institute, 2008.

LOCKE, John. “Some Considerations of the Consequences of lowering the Interest, and raising the Value of Money. In a Letter sent to a Member of Parliament, in the Year 1691.” In *The Works of John Locke, in nine volumes*. Vol. 4, twelfth edition. London, UK: C. Baldwin. 1824.

———. “Further Considerations concerning raising the Value of Money. Wherein Mr. Lowndes’s Arguments for it, in his late Report concerning an Essay for the amendment of the Silver Coin, are particularly Examined.” 1695. In *The Works of John Locke, in nine volumes*. Vol. 4, twelfth edition. London, UK: C. Baldwin. 1824.

MEIKLE, Scott. “Aristotle on Money.” Chap. 8 in *What is Money?* Edited by John Smithin. Abingdon, England: Routledge, 2000.

ORESME, Nicolas. *The Moneta of Nicolas Oresme and English mint Documents*. Edited by Charles Johnson. London, England: Thomas Nelson and Sons Ltd., 1956.

PRIDDAT, Birger P. “Theory of Subjective Value in German National Economics.” *International Journal of Social Economics* 25, no. 10 (1998): 1509–1519.

ROTHBARD, Murray. *An Austrian Perspective on the History of Economic Thought*. Auburn, AL: Ludwig von Mises Institute, 2006.

83

*Breve relato da  
história das ideias  
sobre moeda a  
partir de  
Aristóteles*

Leonidas  
Zelmanovitz

Indianópolis, 25 de dezembro de 2012.

Recebido em 28 de dezembro de 2012.

Aprovado em 12 de janeiro de 2013.